

MOÇÃO

Considerando que:

- O Grupo Tranquilidade, constituído por sete empresas que intervêm no Sector Segurador, é um grupo rentável que só no ano de 2013 obteve resultados superiores a 30 milhões de euros;
- A sua eventual venda a um fundo de investimentos estrangeiro representaria mais um rombo na nossa economia e na soberania nacional porquanto somando-se à venda do Grupo Fidelidade restariam apenas cerca de 10% do mercado segurador com capitais portugueses;
- A estratégia predadora dos fundos de investimentos é comprar barato, retalhar as empresas, cortar nos direitos e postos de trabalho, vendendo depois por maior valor e partir com os lucros, pondo assim em causa a estabilidade de emprego dos mais de 1.560 trabalhadores do grupo;

Considerando ainda:

- A importância relevante que o Sector Segurador tem para a nossa economia pois gere poupanças que já representam 10% do PIB nacional;
- Que a situação criada e as evoluções que conduziram à canalização de 4,4 mil milhões de euros para o Novo Banco exige, para já, até ao apuramento real e definitivo, que o Estado use todos os meios ao seu dispor para que sejam impedidas quaisquer alienações ou vendas de ativos integrados no Novo Banco, mas também nas empresas do Grupo Espírito Santo (GES);

Os trabalhadores de Seguros presentes na IX Assembleia de Organização dos Seguros da ORL do PCP, reunidos no dia 11 de Outubro de 2014 decidem:

- Opor-se à venda do Grupo Tranquilidade pelos prejuízos que a mesma comportará para os trabalhadores e a economia nacional;
- Controlo público do Grupo;
- Apelar à participação na Tribuna Pública promovida pelo SINAPSA e pelo SINTAF que se realizará no próximo dia 15, quarta-feira em frente à sede do Novo Banco contra a venda da Tranquilidade e do Novo Banco, em defesa dos postos de trabalho e dos direitos contratuais, que contará com a participação de Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP-IN.

Lisboa, 11 de Outubro de 2014